



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) ELEITORAL RELATOR(A)
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Recurso Eleitoral nº 0600031-11.2022.6.21.0097

Procedência: ESTEIO/RS

Recorrentes: DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL – PL DE ESTEIO/RS
CARMEM SILVIA AGUIAR PACHECO
JOSE FRANCISCO ALVES PEREIRA

Relator(a): DES. VOLTAIRE DE LIMA MORAES

PARECER

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DIRETÓRIO MUNICIPAL DE PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE **2021**. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE GASTOS. CHEQUE NOMINAL NÃO CRUZADO, UTILIZADO PARA O PAGAMENTO DE DUAS DESPESAS A FORNECEDORES DISTINTOS. IRREGULARIDADE SUPERIOR A R\$ 1.064,10 E QUE REPRESENTA 17,55% DO TOTAL DE RECEITAS DA AGREMIAÇÃO NO PERÍODO. DESAPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS. AFASTAMENTO DA DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES E DA APLICAÇÃO DE MULTA SOBRE A QUANTIA IRREGULAR. SUSPENSÃO DE REPASSE DE QUOTAS DO FP E DO FEFC. DESCABIMENTO. **PARECER PELO CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO, PARA MANTER A DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS E AFASTAR AS SANÇÕES IMPOSTAS NA SENTENÇA.**

I – RELATÓRIO.

Os autos veiculam prestação de contas do Diretório Municipal do Partido Liberal – PL de Esteio/RS, apresentada na forma da Lei nº 9.096/95,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

regulamentada pela Resolução TSE nº 23.604/2019, abrangendo a movimentação financeira do exercício de **2021**.

Sobreveio sentença que desaprovou as contas, nos termos do art. 45, II, a, da Resolução TSE nº 23.604/2019, em vista da identificação, pelo parecer técnico, de irregularidade consistente em pagamento, no valor de R\$ 1.360,00, sem a identificação da contraparte, a dois fornecedores, por meio de um mesmo cheque/saque eletrônico, descumprindo o estabelecido no art. 18 da mesma Resolução.

Foram determinadas, ainda, a suspensão do repasse dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC ao partido, pelo período de um ano, e a devolução ao Fundo Partidário da quantia irregular (R\$ 1.360,00), acrescida de multa de 20%.

Inconformada, a agremiação partidária interpôs recurso (ID 45304563). Em suas razões, diz que “já reconheceu que o cheque pago em 18/06/2021 no valor de R\$1.360,00 (folhas 63), foi emitido nominalmente para a Sra. Carmem Silveira Aguiar Pacheco, Tesoureira do Partido durante o período relativo a 2021, no entanto faltou o cruzamento do mesmo”, sendo que “o ato não teve o condão de prejudicar ou burlar o regramento estipulado para a matéria, mas sim, uma desorganização para atender uma necessidade pontual em que a realidade prática se sobrepôs ao cumprimento da norma em sua integralidade.” Nessa linha, conclui que não há impropriedades que possam comprometer a regularidade das contas, razão pela qual requer o provimento do recurso para a sua aprovação sem quaisquer ressalvas.

Os autos foram remetidos a esse e. TRE e, na sequência, vieram a esta Procuradoria Regional Eleitoral para oferecimento de parecer.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

II – FUNDAMENTAÇÃO.

II. I – PRELIMINARMENTE.

II.I.I – Pressupostos de admissibilidade recursal.

No que se refere aos pressupostos de admissibilidade recursal, restam presentes todos os requisitos, quais sejam: tempestividade, cabimento, interesse e legitimidade para recorrer, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer, e regularidade formal.

Especificamente quanto à tempestividade, observa-se no PJE em primeira instância, na aba “Expedientes”, que a sentença recorrida foi publicada no DJe em 28.10.2022, sexta-feira, iniciando-se a contagem do prazo na segunda-feira, dia 31.10.2022. O tríduo legal encerrou-se na terça-feira, dia 02.11.2022, feriado nacional, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte, 03.11.2022, quarta-feira, mesmo dia em que o recurso foi interposto (ID 45304562), sendo, portanto, tempestivo.

Assim, o recurso merece ser conhecido.

Passa-se ao exame do mérito.

II. II – MÉRITO RECURSAL.

O partido recorrente teve as contas desaprovadas diante da constatação da ocorrência de um saque, no valor de R\$ 1.360,00, correspondente a “cheque emitente por caixa”, sem a identificação da contraparte, na conta 0622671303 do Banrisul, agência 0213¹. O avaliador de contas especificou, no Relatório de Exame de Contas (ID 45304531), que se tratou de pagamento envolvendo mais de uma operação, pois o cheque foi emitido no valor de R\$

¹ <https://divulgapca.tse.jus.br/#/divulga/localidades/2021/RS/MZ/partidos/86517/partidoDetalhe/22/contasBancariasPrestador/101153>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

1.360,00, nominal a Carmem S. A. Pacheco, e usado para pagar dois fornecedores diferentes (Marinês Pianta - R\$ 96,00 e Carmem S. A. Pacheco – R\$ 1.264,00).

O recorrente afirma que tais pagamentos dizem respeito a quitação de despesas do partido, de responsabilidade da tesoureira Carmem Pacheco, que teria pago R\$ 96,00 a Marines Pianta, conforme NF nº 040.521.075, e usado o restante do valor “para pagamento de despesas com café, álcool em gel, limpeza do local, etc., para realização de eventos e reuniões ligadas a agremiação política.”

De acordo com o art. 18, §§4º e 5º, da Resolução TSE nº 23.604/2019, os gastos partidários devem ser pagos mediante a emissão de cheque nominativo cruzado ou por transação bancária que identifique o CPF ou o CNPJ do beneficiário, sendo que, na hipótese de que o pagamento envolva mais de uma operação, o beneficiário deve ser a mesma pessoa física ou jurídica. Ou seja, a norma exige a correspondência entre o beneficiário do pagamento e a pessoa contratada. A falta dessa correspondência impede a certificação da regularidade da despesa e afasta a possibilidade de confirmação de que o gasto efetivamente diz respeito aos serviços prestados ou produtos entregues.

Os dados em questão fecham o círculo da análise das despesas, mediante a utilização de informações disponibilizadas por terceiro alheio à relação entre credor e devedor e, portanto, dotado da necessária isenção e confiabilidade para atestar os exatos origem e destino dos valores. Isso porque somente o registro correto e fidedigno das informações pela instituição financeira permite o rastreamento, para que se possa apontar, por posterior análise de sistema a sistema, eventuais inconformidades.

Desse modo, se por um lado apenas o pagamento pelos meios indicados na Resolução de regência não é suficiente, por si só, para atestar a realidade do gasto informado, ou seja, de que o valor foi efetivamente empregado



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

em um serviço ou produto para a atividade partidária, sendo, pois, necessário trazer uma confirmação, chancelada pelo terceiro com quem o partido contratou, acerca dos elementos da relação existente; por outra via a tão só confirmação do terceiro, mediante recibo, contrato ou nota fiscal, também é insuficiente, pois não há registro rastreável de que foi tal pessoa quem efetivamente recebeu o referido valor.

É somente a triangularização entre prestador de contas, instituição financeira e terceiro contratado, com dados provenientes de diversas fontes, que torna possível, nos termos da Resolução supramencionada, a aferição da regularidade na aplicação de recursos sujeita à fiscalização da Justiça Eleitoral.

Assim, **deve ser mantida a irregularidade do pagamento por cheque no valor de R\$ 1.360,00.**

Cumprе ressaltar que não cabe, no caso, a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para afastar o juízo de desaprovacão das contas, vez que a irregularidade constatada, no montante de R\$ 1.360,00, possui valor absoluto superior a R\$ 1.064,10 e representa 17,55% das receitas declaradas pelo partido (R\$ 7.747,58), ultrapassando o percentual utilizado como critério pela Justiça Eleitoral para aprovacão com ressalvas (10%).

Por outro lado, no que diz respeito às consequências da desaprovacão, a sentença merece parcial reforma.

Quanto ao dever de devoluçao, tem-se como incabível, uma vez que não se trata de recursos públicos oriundos do Fundo Partidário. Conforme dá conta o Parecer Conclusivo (ID 45304549), a receita financeira arrecada pelo partido no período em exame foi inteiramente obtida de doaçoes de filiados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Nesse sentido, não cabe também a multa, pois, consoante determina o § 3º do art. 48 da Resolução TSE nº 23.604/2019, referida sanção deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, observada *a proporção entre o valor da irregularidade e o valor dos recursos provenientes do Fundo Partidário que o órgão partidário estiver recebendo no momento da decisão*.

Por fim, igualmente deve ser afastada a suspensão de repasse das quotas do Fundo Partidário e do FEFC, determinada na sentença, pois tal penalidade apenas é prevista, e somente em relação ao FP, para os casos de recebimento de recursos de origem não identificada e de fonte vedada (art. 46 da Resolução TSE nº 23.604/2019). Nesse sentido, dispõe o art. 37, *caput*, da Lei nº. 9.096/95, que *a desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20% (vinte por cento)*.

III – CONCLUSÃO.

Em face do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, para manter a desaprovação das contas e afastar as sanções impostas pela sentença, nos termos da fundamentação.

Porto Alegre, 24 de junho de 2023.

José Osmar Pumes,
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL.